



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150750 - MS (2021/0231582-0)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : CLAUDEMIR GARCETE
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por CLAUDEMIR GARCETE contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (*Habeas Corpus* n. 1407127-62.2021.8.12.0000).

O recorrente, de origem indígena, foi pronunciado pela prática em tese de crimes previstos no art. 121, § 2º, I, c/c o art. 69 (duas vezes), ambos do Código Penal.

Alega que, na fase do art. 422 do Código de Processo Penal, a sua defesa técnica postulou a realização de exame antropológico com o propósito de estabelecer a sua responsabilidade criminal, "*elucidando sobre a correspondência entre a conduta e os costumes, crenças e tradições da comunidade indígena*" (e-STJ fl. 105). Informa, contudo, que o requerimento foi indeferido, ao fundamento de que é integrado à sociedade.

Sustenta, então, que o indeferimento da prova requerida ofende os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório e prejudica sobremaneira a tese defensiva.

Requer, liminarmente, seja determinada a realização do exame antropológico. No mérito, pugna pelo provimento do recurso para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

A propósito, extrai-se o seguinte do acórdão impetrado (e-STJ fls. 85-86):

O exame antropológico é um relevante instrumento que possibilita ao magistrado compreender de forma mais aprofundada os contornos socioculturais dos fatos analisados e dos agentes indígenas envolvidos na lide processual.

Ademais, não há dúvidas que o estudo antropológico é ferramenta adequada para individualizar a pena do réu indígena, mormente diante do que prescreve o art. 56 do Estatuto do Índio: "No caso de condenação de índio por infração penal, a pena deverá ser atenuada e na sua aplicação o Juiz atenderá também ao grau de integração do silvícola."

Nesse esteio, a Resolução n. 287 de 25/06/2019 do CNJ, que estabelece procedimentos ao tratamento das pessoas indígenas acusadas, rés, condenadas ou privadas, além de dar diretrizes para assegurar os

direitos dessa população no âmbito criminal do Poder Judiciário, determina que:

[...]

Assim, é certo que a referida perícia técnica é ferramenta adequada e necessária para aferir o potencial conhecimento do acusado indígena acerca da ilicitude das condutas praticadas, possibilitando ao Estado fornecer uma prestação jurisdicional equânime.

Doutro lado, não desconheço o posicionamento no sentido de que é dispensável a realização de exame antropológico, nos casos em que, embora o acusado seja identificado como índio, resta cabalmente comprovado nos autos que o mesmo é alfabetizado e está totalmente integrado à sociedade e aos costumes da civilização (REsp 1129637/SC, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, julgado em 25/02/2014, DJe 10/03/2014).

No caso em apreço, o paciente estudou até o 5.º ano do ensino fundamental e, em ambas as oportunidades em que foi ouvido, descreveu detalhadamente como se deram os fatos, compreendendo as perguntas formuladas pelo juiz, bem como alegou em juízo legítima defesa e delatou desavenças passadas com a vítima, demonstrando que o indígena está integrado à sociedade e aos costumes da civilização, sendo, inclusive, alfabetizado.

Assim, deve-se aplicar ao caso o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de "é dispensável a realização de exame pericial antropológico ou sociológico quando, por outros elementos, constata-se que o indígena está integrado à sociedade civil e tem conhecimento dos costumes a ela inerentes" (REsp 1129637/SC, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, julgado em 25/02/2014, DJe 10/03/2014).

Assim, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência